

Deputado Luiz Paulo mira disputa eleitoral e analisa situação do Estado

Decano da Alerj prevê um ano complexo, com eleições indiretas e déficit de R\$18,93 bi

Por Paula Vieira

Aos 80 anos, o deputado Luiz Paulo (PSD) é a personificação da memória institucional da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Engenheiro civil, ex-vice-governador no mandato de Marcello Alencar (1995 e 1998) e professor, ele transita com autoridade técnica entre as comissões de Orçamento, Tributação e Constituição e Justiça (CCJ), além de ser professor na Elerj, a escola da Alerj. Em entrevista ao Correio da Manhã, o parlamentar confirmou que buscará o sétimo mandato em 2026.

“Serei candidato porque acho importante a luta institucional que desenvolvo no Parlamento. Conheço a realidade dos 92 municípios, pois visitei todos quando fui vice-governador”, afirmou o decano. “Além disso, participo das comissões que tratam institucionalmente das políticas públicas. Não tenho a menor dúvida de que serei candidato”, garantiu.

Sucessão no governo

Se 2025 foi marcado por desafios, Luiz Paulo projeta um 2026 ainda mais complexo. Além do déficit estadual de R\$ 18,93 bilhões, com a provável saída de Cláudio Castro (PL) para disputar o Senado, a Alerj enfrentará sua primeira eleição indireta para o governo. O parlamentar é o autor do projeto que regulamenta o pleito, fundamentado na ADPF 969, onde o STF decidiu pela autonomia dos estados na definição desse rito.

Embora o texto original previsse voto secreto, o deputado sinaliza uma mudança em prol da transparência. “A Constituição e o Supremo permitem o voto secreto, mas acho melhor que o voto seja aberto. Apoiei a emenda na CCJ para essa alteração”, explodiu. O ponto crítico, porém, é o prazo de desincompatibilização de 180 dias. “Muitos nomes cogitados não poderiam concorrer se não saíram de seus cargos no ano passado. Isso pode gerar uma discussão jurídica muito forte e essa é a questão central”, alerta, citando que o entendimento de “eleições atípicas” pode tentar reduzir esse prazo para 30 dias.

Dentre os nomes que rondam os bastidores para a disputa estão os secretários estaduais da Casa Civil, Nicola Miccione (PL), e de Cidades, Douglas Ruas (PL), além de André Ceciliano (PT), ex-presidente da Alerj e atual secretário de Assuntos Parlamentares do Ministério de Relações Institucionais.



Luiz Paulo (PSD) é autoridade na Alerj em questões orçamentárias e tributárias



Deputado atua como professor na Elerj, qualificando funcionários e assessores do Legislativo

Finanças e Propag

Como especialista em finanças, Luiz Paulo detalha que a adesão ao Propag (Lei 11.072/25) é uma medida vital para mitigar o déficit de 2026, estimado em R\$ 18,93 bilhões. O programa permite o escalonamento do pagamento da dívida com a União (que soma R\$ 193 bilhões): no primeiro ano, o Rio quita 20% do serviço da dívida, subindo gradativamente até 100% no quinto ano.

“O Propag é o fôlego necessário para chegarmos à reforma tributária em 2033”, afirma. Ele explica que o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá o ICMS e o ISS, será estratégico para o Rio por tributar no destino: “Somos o segundo mercado consumidor do Brasil. Não vai ser mais preciso dar essa praga de benefício fiscal, que nos leva a R\$ 22 bilhões

por ano, porque a lógica das indústrias será a logística perto dos mercados. A reforma tributária me dá uma esperança enorme, mas é preciso do Propag para chegar até lá”.

Funcionalismo público

Sobre a ponte entre o funcionalismo e o Estado, Luiz Paulo, que é um grande defensor dos servidores concursados, foi enfático ao criticar o uso do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). “Infelizmente, o regime de recuperação fiscal não puniu no gestor, ele puniu o funcionalismo público, que ficou com o salário reprimido, não pôde ter plano de cargos e salários, como se fosse o servidor público o responsável pela quebra do estado, quando na verdade, foi o mau gestor. Por via de consequência, o que tento mostrar é que sem o servidor público concursado, qualificado e

justamente remunerado, o estado não vai para a frente”, disse.

Resultados do FOT

Autor do projeto do Fundo Orçamentário Temporário (FOT), Luiz Paulo relembra os esforços para recuperar a arrecadação após a redução de alíquotas de ICMS no governo Bolsonaro, que custou R\$ 8 bilhões ao Rio de Janeiro. Recentemente, o deputado articulou a elevação da retirada de benefícios fiscais de 10% para 18,18% para corrigir distorções. “Com isso, a arrecadação aumentou R\$ 4 bilhões de reais por ano”, explicou.

Contudo, o deputado aponta omissões do Executivo: “Não consegui pautar um projeto de 2024 para cobrar IPVA sobre aviões executivos e embarcações de passeio. Isso daria R\$ 600 milhões por ano aos cofres públicos, mas o governo

não quer. Seriam R\$ 300 milhões para o estado e o restante para os municípios”, revela.

Segurança pública

Para combater o crime organizado, Luiz Paulo defende a união entre as três esferas de governo (União, estado e município) e o COAF. “Tem que perseguir o dinheiro. Vimos escândalos com fintechs e empresas como o Banco Master e a Refit; é preciso investigar as ‘cabeças coroadas’ do crime, não só a ação na ponta”, analisa.

Ele sugere a difusão de câmeras em grandes vias para combater não apenas o roubo de cargas, mas a sonegação em setores críticos, como combustíveis, bebidas e cigarros, além de defender que “os presídios não podem ser escritórios do crime e as comunicações precisam e podem ser cortadas com tecnologia”.

Continuidade do trabalho

Reforçando fidelidade ao PSD, Luiz Paulo declarou seu apoio a Eduardo Paes para o Governo do Estado. “Desejo fortemente que o Eduardo Paes se eleja e fortaleça as candidaturas dos deputados pelo PSD, que vem com uma chapa estadual e federal muito forte”, afirma. Sobre o seu futuro, o decano mantém a humildade do voto: “Quero dar mais quatro anos de contribuição, mas quem decide é a população. Minha proposta é dar continuidade ao meu trabalho institucional e defendendo o voto democrático”, concluiu.

O retorno das sessões na Alerj está previsto para o dia 3 de fevereiro, quando a pauta da votação indireta deve entrar em debate.